

SUMÁRIO

Apresentação	11
Prefácio	13
1. Introdução.....	17
2. Tribunal do Júri e Constituição.....	21
2.1. Conceito e Evolução Histórica do Júri	21
2.2. Princípio da Supremacia da Constituição.....	30
2.3. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	34
2.4. Princípios Constitucionais do Tribunal do Júri	42
2.4.1. Plenitude de Defesa.....	42
2.4.2. Sigilo das Votações.....	44
2.4.3. Soberania dos Veredictos.....	49
2.4.4. Competência para Julgar os Crimes Dolosos Contra a Vida (Juiz Natural)	57
2.5. Procedimento Bifásico ou Escalonado do Júri	59
3. Decisões na Fase da Pronúncia	65
3.1. Pronúncia.....	65
3.1.1. Conceito. Requisitos. O <i>In Dúbio Pro Societate</i>	65
3.1.2. Pronúncia e Crimes Conexos	79
3.1.3. Pronúncia, <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio Libelli</i>	85
3.1.4. Pronúncia e Prisão Cautelar	90

3.1.5. Referências à Pronúncia nos Debates em Plenário: Art. 478 do CPP.....	94
3.2. Impronúncia.....	110
3.3. Absolvição Sumária.....	115
3.4. Desclassificação.....	121
4. Limites Constitucionais da Pronúncia.....	125
4.1. Pronúncia: Vinculação do Juiz aos Princípios do Júri Afirmados na Constituição.....	125
4.2. Violação da Soberania do Júri – Limites da Pronúncia	136
4.2.1. Excesso de Fundamentação ou de Linguagem na Pronúncia.....	140
4.2.2. Afastamento de Qualificadoras	148
4.2.3. As Decisões de Impronúncia, Absolvição Sumária ou Desclassificação.....	155
4.3. Conseqüências Jurídicas da Violação: Inconstitucionalidade	158
4.4. Questão: Matéria de Fato – Matéria de Direito	167
4.5. Tribunal do Júri: Pronúncia como Garantia.....	175
5. Considerações Finais	187
6. Jurisprudência.....	191
6.1. Pressupostos da Pronúncia.....	191
6.2. Pronúncia e <i>In Dubio Pro Societate</i>	196
6.3. Pronúncia e Qualificadoras	200
6.4. Pronúncia e Excesso de Linguagem	205
6.5. Pronúncia e Crimes Conexos	210
6.6. Pronúncia e Prisão Cautelar	212
6.7. Pronúncia e Desclassificação (<i>Animus Necandi</i>).....	217
6.8. Pronúncia – Absolvição Sumária e Impronúncia.....	221
Referências Bibliográficas	227